

**POLÍTICAS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
NA MICRORREGIÃO DE CATALÃO - GO**

Profª Drª Altina Abadia da Silva
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
tina@wgo.com.br

Profª Ms. Heloisa Vitória de Castro Paula
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
heloisavcp@hotmail.com

Priscilla de Andrade Silva Ximenes¹
Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão
priteducadora@hotmail.com

Bráulio Ramos da Silva²
Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão
brauliokaue@yahoo.com.br

Núcleo de Estudos e Pesquisas Infância e Educação - NEPIE

O projeto de pesquisa: Políticas e Serviços de atendimento a infância e adolescência na microrregião de Catalão - GO congrega os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Infância e Educação – NEPIE, e visa subsidiar a discussão sobre o atendimento à infância e adolescência na microrregião de Catalão/GO. É um projeto “guarda-chuva” que busca compreender e situar as competências e o financiamento das políticas, programas e ações de âmbito federal, estadual e municipal dirigidos à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas da saúde, educação, lazer e cuidados. A análise volta-se também para alguns desafios apontados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobretudo aqueles relativos a sugestões e estratégias de atendimento e financiamento para a ampliação dos gastos destinados à infância e adolescência.

Um dos objetivos específicos desse projeto “guarda-chuva” se desdobrou no projeto de pesquisa ora apresentado, cujos objetivos são: 1) reconhecer as demandas manifesta e reprimida por acesso a partir do detalhamento do número de crianças matriculadas nas redes pública e privada de Catalão; 2) identificar as responsabilidades e competências para a oferta de políticas e serviços de educação; 3) relacionar os investimentos públicos realizados em favor da Educação Infantil para o período compreendido entre 2000 e 2020; e 4) avaliar o investimento complementar das famílias e empresas da região com a Educação Infantil.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC - do Departamento de Educação da Regional Catalão-UFG. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão.

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC - do Departamento de Educação da Regional Catalão-UFG. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão.

A educação de crianças com idades compreendidas entre zero e seis anos vem se constituindo permeada pelas mudanças históricas dos conceitos de infância e de educação e pelas mudanças na política educacional. Enquanto fato sócio histórico, a constituição e as formas de trabalho das creches e pré-escolas precisam ser compreendidos a partir do ideário político acerca de como deve ser o atendimento às crianças de determinada camada sócio-econômica e das concepções teóricas que orientam o trabalho realizado, englobando, principalmente, os conceitos de educação, escola, criança e de desenvolvimento, presentes no processo de formação do professor.

A Educação Infantil está prevista na Constituição Federal de 1988, composto de dez artigos, do artigo 205 ao 214, à Educação como sendo direito de todos e dever do Estado e da Família. A Educação Infantil, cuja atenção e responsabilidade foram atribuídas aos municípios por força da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 está sob a responsabilidade do município em relação à aplicação dos recursos na Educação Básica e Fundamental ao determinar o percentual em 25% do orçamento público, sendo que desse montante 15% são destinados ao ensino fundamental, não esclarecendo o legislador constitucional o percentual para ser investido em pré-escolas e creches. No segundo capítulo da LDB 9394/94 trata-se desta etapa da Educação Básica, bem como traz os princípios básicos para o Plano Nacional de Educação criado em 2001.

Dentro da perspectiva dada à Educação Infantil pela legislação brasileira a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, se faz pertinente à escolha da Educação Infantil como um dos objetos de estudo do Núcleo. Analisando a importância da inclusão desta etapa do ensino à Educação Básica e o incentivo a municipalização deste atendimento, se torna notório a necessidade de uma discussão reflexiva sobre a situação estrutural e funcional destas instituições através de levantamentos quantitativos e qualitativos. Com uma estrutura de responsabilidades e competências, a Constituição Federal (CF) de 1988 estabeleceu que a educação deve ser considerada um direito social, definindo desta forma, a Família e o Estado como responsáveis pelo seu provimento. Visando assegurar o cumprimento da lei, visualizando a garantia de acesso e permanência do cidadão em uma instituição educacional de qualidade, este estudo buscou diagnosticar a realidade vivenciada na cidade de Catalão - GO e a sua relação com a garantia dos direitos constitucionais. O objetivo geral desta etapa da pesquisa se encontra em realizar um diagnóstico do atendimento referente à infância e adolescência na microrregião de Catalão - GO no que diz respeito ao acesso, qualidade e qualificação dos profissionais. Dentro deste projeto “guarda chuva” se

encontram outros projetos de pesquisa e extensão realizados pelos pesquisadores do NEPIE em suas respectivas linhas, dentre eles o subprojeto “Perfil da educação infantil em Catalão - GO: indicadores de acesso e condições de oferta”, este estudo busca delinear o número de crianças de zero a cinco anos matriculadas nas redes pública e privada, considerando inclusive as crianças que não frequentam escola ou creche. Nesta perspectiva o estudo objetiva identificar as responsabilidades e competências no que tange ao atendimento a estas crianças, relacionado às políticas e serviços de educação e os investimentos públicos realizados em favor da Educação Infantil para o período compreendido entre 2000 e 2020.

Oliveira (2002) alerta que a elaboração de leis e a definição de políticas públicas acontecem em um contexto social e político que envolve a sociedade civil e organizações governamentais. Por conseguinte, a importância destinada à educação das crianças de 0 a 6 anos depende da conjuntura política e econômica e da relação de forças existentes na sociedade. Portanto, no que se refere às políticas e serviços de atendimento a infância e adolescência há que se levar em conta a participação da sociedade civil e o envolvimento do governo, pois como nos alerta Arroyo:

Uma das coisas mais ricas em nossa sociedade é o conjunto de lutas pelos direitos [...] o movimento social vai caminhando no sentido de definir, cada vez mais, grupos sociais com seus direitos, [...] e a infância avançou como tempo de direitos (ARROYO, 1994, p. 89).

Ao tratarmos dos Direitos da Criança e do adolescente é importante considerar que esta discussão ainda é recente no Brasil e que deve ser tratada como Direitos Humanos dessas crianças e adolescentes. As décadas de 1980 e 1990 tiveram importante representatividade nesta discussão, promovendo debates internacionais e se mobilizando para promover um diálogo na discussão sobre esses direitos que já estavam previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949) em seu art.25º, § 2º, ao afirmar que, “[...] A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção.” Desta forma podemos visualizar que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes já apareciam nas pautas internacionais desde a década de 1940 e que ao emergir a discussão no Brasil na década de 1980 não significou a indicação aleatória de um grupo etário específico entre os sujeitos de direitos, mas sim, que reconhecidamente foi dado um status especial a este grupo etário ao compreender que se trata de indivíduos que despendem maior atenção e proteção pela sua vulnerabilidade.

Nesta discussão proposta se faz imprescindível apresentar uma definição de Direitos Humanos para que possamos situar historicamente e socialmente a emergência de políticas de valorização destes direitos e a criação de instrumentos efetivos de direitos para proteção das crianças. Neste contexto definimos os Direitos humanos como os direitos fundamentais da pessoa humana, pelo progressivo reconhecimento pelas nações e instrumentos internacionais, da inerente dignidade de todo indivíduo, independentemente de raça, sexo, idade ou nacionalidade. Os direitos humanos podem ser apresentados sobre dois aspectos: por um lado, constituem restrições ao poder do Estado, e por outro, condições mínimas para uma existência digna, asseguradas a todo indivíduo.

No que tange aos Direitos humanos da criança e do adolescente vemos que além de gozar de todos os direitos inerentes ao homem em sua sociedade, à criança e ao adolescente são garantidos o princípio da prioridade, no qual proteção e satisfação devem ser asseguradas pelo Estado antes de quaisquer outros, o que garante que dentre os direitos fundamentais, aqueles relativos à criança e ao adolescente deve vir em primeiro lugar. Esta particularidade atribuída aos direitos da criança e do adolescente está presente em diversos documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, de 1959, e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989. No Brasil temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e a Política Nacional dos Direitos humanos de crianças e adolescentes e Plano Decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes (2011-2020).

Neste processo histórico pode-se perceber que a área que sofreu reformulações mais significativas, foi a área jurídica a partir da movimentação social de setores das ciências e práticas sociais para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Para Rizzini (2000, p. 13) o ECA representa uma “[...] uma lei que, de certa forma, simboliza a revisão de paradigmas, que em relação ao entendimento da criança e do adolescente enquanto cidadãos, portadores de direitos e deveres.” Para a autora, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui um dos instrumentos que refletem as mudanças em curso sobre a forma de se conceber a criança no mundo de hoje. A criança e o adolescente a que se referem as leis atualmente são muito diferentes daqueles retratados como “menores” em passado recente (RIZZINI, 2000). Ao se referir as leis que retratam a criança e o adolescente como “menores”, Rizzini (2000) subentende o papel do Código de Menores no Brasil de 1927 e 1979, que tratavam o adolescente como menor infrator ou em situação irregular que deveria ser corrigido e punido a revelia da sociedade civil, já que o papel de punir cabia ao poder

judiciário. Com a criação do ECA, no ponto de vista conceitual foi abandonado “[...] o paradigma da “infância em situação irregular” e adota o princípio de “proteção integral à infância” (BAZILIO, 2003, p.21), avançando desta forma na construção de um texto que amparasse todos os brasileiros menores de dezoito anos, independente de cor, raça, gênero ou condição social. O Estatuto propõe medidas protetivas, que amparam além das crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social ou abandono, todas as crianças e adolescentes.

Como exposto anteriormente o Século XX abrigou momentos significativos de transformação institucional e de produção legal no Brasil, paralelamente viu-se surgir uma noção particular de infância e adolescência. Podemos citar a proclamação da Constituição Cidadã (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 (1996). Esse movimento da sociedade demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços para garantir ações que promovam a continuidade e garantia desta ressignificação da sociedade no que tange a infância e adolescência para o século XXI, com vistas a assegurar políticas públicas de proteção e promoção e direitos (RIZZINI, NAIFF, BAPTISTA, 2006).

Neste contexto esta pesquisa se faz pertinente ao se tratar de um estudo voltado a análise e reflexão sobre as políticas de atendimento à criança e ao adolescente, estando em seu primeiro momento analisando o perfil da Educação Infantil de Catalão e Microrregião. A pesquisa tem caráter descritivo e analítico, centrado em pesquisa de campo e em análise documental realizado por pesquisadores de iniciação científica junto de seus orientadores. Como fontes de dados, nos valem de estudos e levantamentos feitos pelo Inep e pelo IBGE. Outra fonte documental será o sitio da Secretaria Municipal de Educação de Catalão/GO. Quanto ao campo, estão sendo utilizados questionários direcionados à instituições educativas e entidades de proteção dos direitos da criança. Pretende-se usar as estimativas de crescimento necessário das matrículas da educação infantil, para adequá-las às metas de atendimento definidas pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2011/2020). Este estudo permitirá apontar sugestões de políticas governamentais, bem como opções e estratégias para aumentar a capacidade de financiamento para a Educação infantil, buscando responder à pergunta sobre a necessidade de revisão da política governamental de atendimento à infância.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO

O município de Catalão está localizado ao extremo sudeste do Estado de Goiás; Situada às margens da BR – 050, responsável pela ligação de Brasília ao Centro-sul; A Rodovia GO – 352 liga o município á capital do Estado; A base mais forte da economia é a Agricultura, seguida da Pecuária e nos últimos anos há um forte crescimento no número de médias e grandes empresas multinacionais do setor de Mineração, Beneficiamento e Armazenamento de grãos, Automotiva e Máquinas Agrícolas. De acordo com dados do censo referentes ao ano de 2010 a população total é de: 86.647 habitantes e seu PIB recenseado em 2008 são de mais de 4,348 bilhões de reais. Os números referentes a demanda do atendimento aos anos iniciais, são os seguintes:

- Nº Total de Crianças de 0 a 4 anos: 5.223-7 79% da população
- Nº Total de Crianças de 5 a 9 anos: 5.413
- Nº de Crianças Atendidas em Escolas Públicas Educação Infantil: 1.840
- Projeção do número de crianças em 2006: 5.455

DIAGNÓSTICO INICIAL DO CAMPO DA PESQUISA

Partindo da legislação que apontava a Educação Infantil sob responsabilidade dos municípios, foi realizado um levantamento da situação estrutural e funcional deste nível de ensino. Deste modo, o objetivo central desta etapa da pesquisa era analisar a estrutura e o funcionamento da Educação Infantil na cidade de Catalão/GO. Seus objetivos específicos foram assim definidos: a) caracterizar o espaço físico/material e organizacional das instituições; b) identificar o número de profissionais que atuavam na Educação Infantil, bem como sua formação e nível de escolaridade; c) levantar os indicadores que orientavam o trabalho pedagógico nas instituições; d) criar um grupo de estudos. Para isso, foram estipulados tais procedimentos metodológicos: a) levantamento de dados genéricos sobre Secretaria Municipal de Educação, as instituições, alunos e profissionais; b) visitas e aplicações de questionários aos diretores das escolas de Educação Infantil; c) aplicação de questionário exploratório aos professores de Educação Infantil; d) aplicação de um questionário específico a alguns professores para o levantamento de informações didático-pedagógicas. Nos primeiros dois anos da pesquisa, foram sistematizados os dados referentes: a) á estrutura a funcionamento das 16 escolas públicas de Educação Infantil de Catalão-GO; b) á média de idade, formação e atuação de 65 professores. De posse destas informações,

procedemos às devidas análises. Tendo como eixo central do trabalho o processo de municipalização da Educação Infantil em Catalão-GO, foram apresentados e discutidos os dados quantitativos referentes aos seguintes aspectos:

a) Oferta de atendimento;

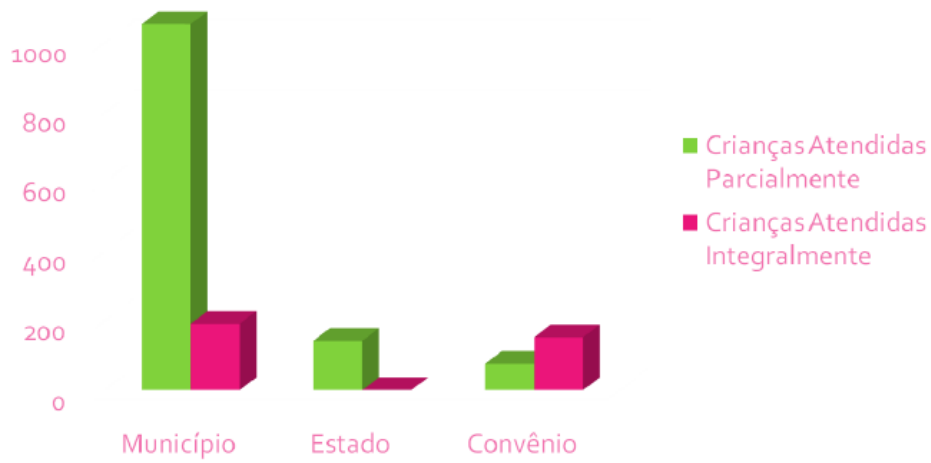
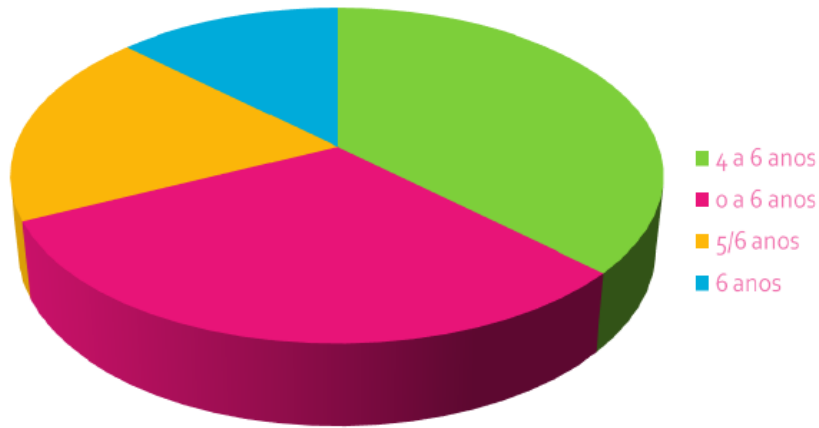


Fonte: Silva, Altina Abadia



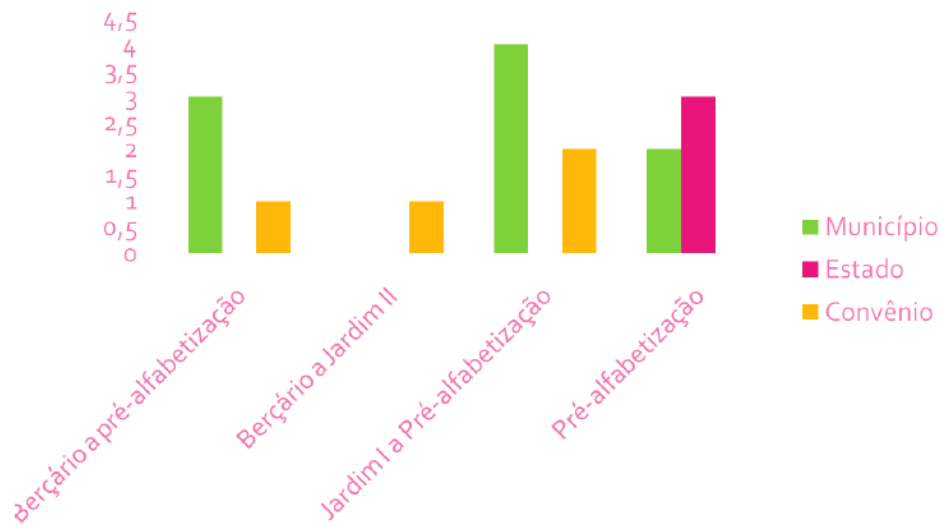
Fonte: Silva, Altina Abadia

DEMONSTRATIVO DAS IDADES ATENDIDAS POR ESCOLA



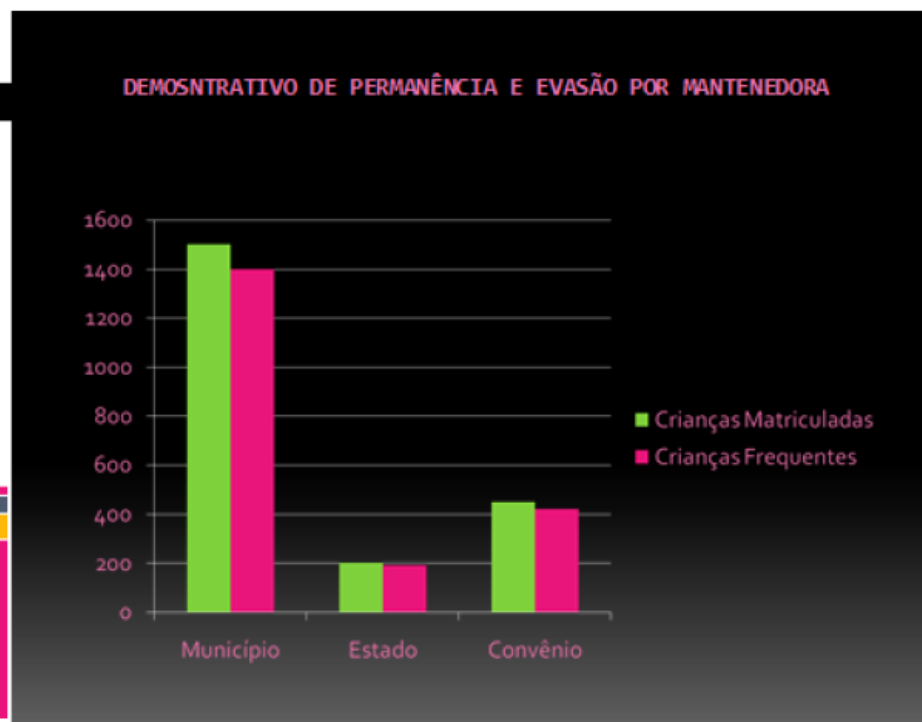
Fonte: Silva, Altina Abadia

DEMONSTRATIVO DE NÍVEIS DE ATENDIMENTO POR MANTENEDORA



Fonte: Silva, Altina Abadia

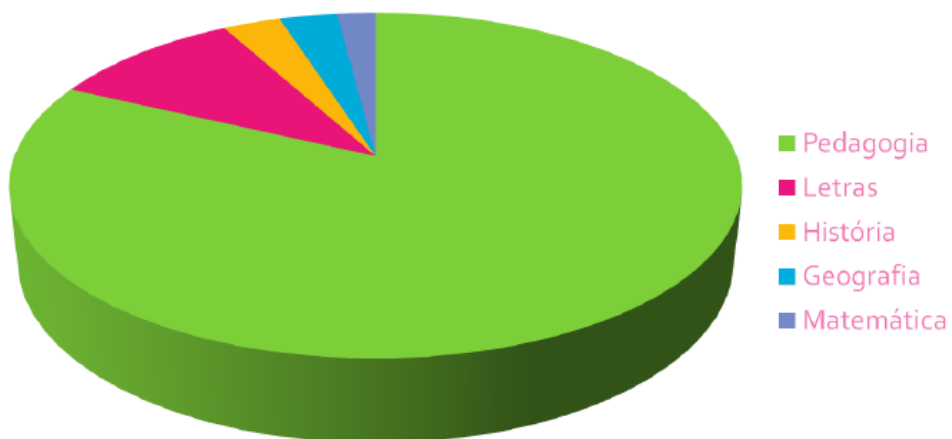
DEMONSTRATIVO DE PERMANÊNCIA E EVASÃO POR MANTENEDORA



Fonte: Silva, Altina Abadia

b) Formação/qualificação dos Professores.

GRADUAÇÃO DAS PROFESSORAS



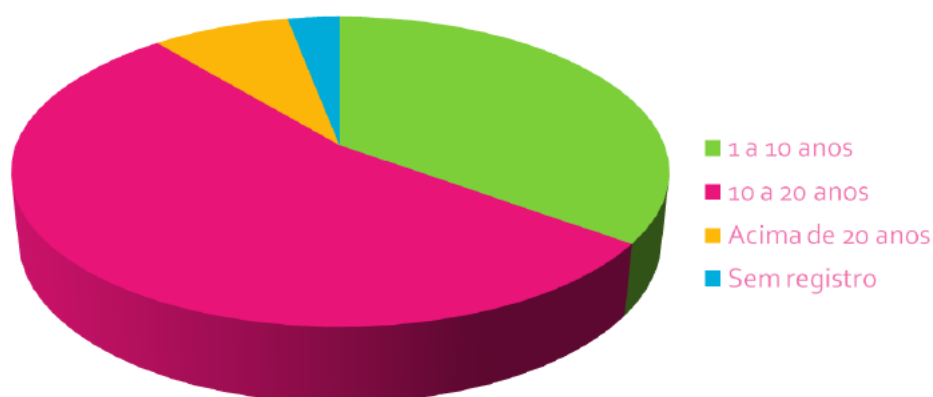
Fonte: Silva, Altina Abadia

DEMONSTRATIVO DA MÉDIA DE IDADE DAS PROFESSORAS



Fonte: Silva, Altina Abadia

DEMONSTRATIVO DO TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO



Fonte: Silva, Altina Abadia

No que tange a oferta de atendimento, os dados levantados apresentam a cristalização do processo de municipalização das escolas de Educação Infantil e dos anos iniciais no município, visto que o maior público atendido pelo município de Catalão está entre 0 a 6 anos. Os professores que atendem a Rede Municipal de ensino de Catalão tem formação em sua maioria no curso de Pedagogia, além de demais licenciaturas e grande parte do corpo docente atuam a mais de 10 anos no magistério. Alguns elementos ainda precisam ser apresentados referindo-se aos aspectos físicos e pedagógicos que estas instituições atendem, compreendendo que a garantia de permanência da criança na escola perpassa por condições

adequadas do espaço físico, alimentação adequada e material didático-pedagógico coerente com a proposta de Educação Infantil. Estas variáveis fazem parte da continuidade da pesquisa que está em andamento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **O significado da infância**. In: I Simpósio de Educação Infantil. Brasília, Ministério da Educação, 1994, p.88-92.

BAZILIO, Luiz Cavalieri, KRAMER, Sônia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BECCHI, E. e BONDIOLI, A (Org.). **Avaliando a pré-escola: uma trajetória de formação de professoras**. Trad.: Fernanda Landucci Ortale e Ilse Carlos de Freitas. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vols. I, II e III.

CARDONA, Maria J. **Para a história da Educação de Infância em Portugal: o discurso oficial (1834-1990)**. Portugal, Ed. Porto, 1997.

CRAYDY, C. M e KAERCHER G. E da Silva (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CRUZ, M. N. **Palavras e Gestos no Jogo Interativo: um estudo dos processos de significação no cotidiano de um berçário de creche**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1995.

FONTANA, R. A. C. **Mediação Pedagógica na Sala de Aula**. Campinas, Autores Associados, 2000.

FORMOSINHO, Júlia de O. (Org.). **Modelos curriculares para a Educação da Infância**. Portugal, Editora Porto: 1998.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar e agir**. Campinas: Papyrus, 1994. 10

JOBIM e SOUZA, S. Linguagem, consciência e ideologia: conversas com Bakhtin e Vygotsky. In: Oliveira, Z. M. R. (org.) **A criança e seu Desenvolvimento - perspectivas para discutir a educação infantil**. SP: Cortez, 1995.

KRAMER, S. **A política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo, Cortez, 2003.

LEITE, M^a., Isabel. Nem fase de grafismo, nem exercício psicomotor: o desenho como espaço de produção cultural de crianças. In: MACHADO, M^a., L. de A. (org.) **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 268-274.

MACHADO, M. L. de A (Org). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSS, Peter. Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 235-248.

NASCIMENTO, Telma. F. Norbet Elias: Algumas considerações. In: **Fragments de Cultura**. Goiânia, V. 14, n. 9, p. 1647-1655, set. 2004.

NUNES PINTO, R. Civilidade, corpo e escolarização da criança: o legado de Descartes e Rousseau. In: **Revista Poiesis**. Catalão/GO Vol. I Nº 1 jan./dez. 2003.

OLINDA, E. M. B. de. O conceito de formação integral no projeto formativo moderno: aprendendo com a experiência cearense. In: _____. (Org.). **Formação Humana: liberdade e historicidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2004. p. 118-135.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. de. (Org.) **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

PINO, A. *Editorial*. **Educação e Sociedade**. Campinas, Cedes n. 71, 2000.

RIZZINI, Irene. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes** / Irene Rizzini, Gary Barker, Neide Cassaniga. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000. 48 p.

_____. **A Criança e a Lei no Brasil: Revisitando a História (1822-2000)**. Brasília: UNICEF, CESPI/USU.

ROCHA, M. Sílvia P. M. L. da. O real e o imaginário no faz-de-conta: questões sobre o brincar no contexto da pré-escola. In: GÓES, M^a. Cecília R. de & SMOLKA, Ana Luiza B. **A Significação nos Espaços Educacionais: interação social e subjetivação**. Campinas. Papyrus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

_____. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**. Campinas, Cedes n. 71, 2000.

O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DOCENTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Profª Drª Altina Abadia da Silva
Regional Catalão-UFG – NEPIE
tina@wgo.com.br

Profª Ms. Heloisa Vitória de Castro Paula
Regional Catalão-UFG – NEPIE
heloisavcp@hotmail.com

Profª Ms. Maristela Vicente de Paula
Regional Catalão-UFG – NEPIE
maristela.vicente.paula@gmail.com

Profª Ms. Neila Maria Mendes
Regional Catalão-UFG – NEPIE
neilam@ibest.com.br

Apoio financeiro *Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI.*

INTRODUÇÃO

A educação a distância tem conquistado um espaço relevante no contexto da educação superior por apresentar inúmeras possibilidades de acesso junto aos diversos agentes de transformação, como também a facilidade de adequação nas necessidades curriculares das Instituições. Neste sentido queremos socializar por meio deste texto nossa experiência docente como professores formadores em um projeto de extensão que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente em educação à distância que já está na sua quarta edição e o princípio de uma experiência docente em dois cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Para Moran (2002) a educação a distância é um processo de ensino e aprendizagem em que a mediação perpassa pelas tecnologias. Iniciar um aprendizado em educação a distância quando já se encontra inserido na docência perpassa por um processo de desconstrução dos estigmas que se carrega acerca do conceito desta formação em que não estamos face a face com o aluno. A ação, a interlocução está mediada por outras ferramentas, que precisamos conhecer e da qual temos que nos apropriar. A compreensão como docente inicial neste processo requer tempo e organização para interagir com os novos recursos, concepções e valores. O que exige um constante aprimoramento e abertura para lidar com os desafios, implicações e exigências da prática docente que assumimos mesmo fora da prática da docência à distância. Assim sendo recordamos Freire (1996), quando afirma que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996, p. 29)

Em nossa sociedade o professor já foi um profissional de *status* social reconhecidamente elevado, porém, nos dias atuais, está distante de ser identificado dessa forma. Os motivos de mudança tão radical em relação à figura do professor são inúmeros, além de envolverem questões de âmbito histórico, político, social e econômico que foge ao nosso poder mais direto de intervenção, mesmo como pesquisadores da área.

Aliado a isso, temos presenciado nos últimos vinte anos, um movimento crescente de desvalorização da figura do professor que atinge aspectos fundamentais relativos ao exercício digno de sua função, a saber: qualificação profissional, condições de trabalho e salários.

Entretanto, na contramão desse processo, têm se desenvolvido muitas pesquisas na área da formação de professores, desde os anos 1990, gerando um movimento intenso de busca por compreensão da natureza dessa profissão e da importância da formação profissional para seu exercício, especialmente no que diz respeito à Educação a distância e novas tecnologias.

As investigações da área sobre a qualificação profissional docente revelam fortemente a intenção de contribuir com a reconstrução da identidade profissional e de recuperar, aos olhos da sociedade, o reconhecimento e a confiança outrora atribuídos aos professores, sem saudosismos romantizados, mas pela análise e reflexão dos aspectos que envolvem a formação e o exercício desta profissão nos dias atuais, enfatizando sua importância para a sociedade.

Um dos principais objetivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2005 pelo Ministério da Educação, era articular e integrar “um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta de ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil”³.

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas

³ Disponível em: <http://www.uab.mec.gov.br>

os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo [Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006](#), para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

O Núcleo de Estudos e Pesquisa do qual fazemos parte, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, iniciou sua trajetória na Educação a Distância a partir de 2010 quando fomos contemplados com um edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI para desenvolvermos um curso de extensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente oferecido aos profissionais da Educação Básica, e também aos diferentes atores sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O curso se insere na modalidade de formação continuada de profissionais da educação, da saúde, do desenvolvimento social, da segurança pública e justiça, da mídia e lideranças de movimentos sociais, bem como dos conselhos tutelares e de direitos, tratando das temáticas ligadas a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando aos profissionais condições de observar e introduzir nas suas reflexões e práticas as relações pertinentes à temática, na perspectiva de construção de uma sociedade que contemple a cidadania da criança e do adolescente.

O curso já está na sua quarta edição e conta com acompanhamento de uma equipe da universidade a qual pertencemos, formada por coordenação geral, tutoria, professores formadores e supervisão do curso, entre outros. Essa equipe planejou e implementou o curso, faz constantemente sua avaliação e adequação para as novas montagens, ou seja, segunda, terceira e quarta edição solicitadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. A experiência de oferta de um curso de extensão a distância possibilitou inúmeras reflexões fomentando o surgimento de vários projetos de pesquisa e extensão e da proposição de dois cursos de pós-graduação lato sensu, especialização em Direitos Humanos da criança e do adolescente (SECADI) e Ensino interdisciplinar sobre

Infância e Direitos Humanos, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), também via Educação a Distância.

Nossa opção pela temática da infância, adolescência e direitos humanos, justifica-se pelo fato de uma das linhas de pesquisa do nosso núcleo intitulada “infância, adolescência e sociedade” realizar estudos de caráter histórico, sociológico e do campo da saúde que incidem sobre as relações a que estão submetidas a criança e o adolescente nos espaços por eles ocupados na sociedade, considerando o processo histórico de constituição das concepções que implicam na sua condição de sujeitos sociais com vistas à garantia de seus direitos e cuidados integrais.

Ancorado na Constituição Federal do Brasil de 1988, que postulou a defesa do estado de sujeito de direitos à criança e adolescente, foi promulgado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se constitui em fundamental instrumento de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente brasileiros.

A viabilização e consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente estão vinculadas a três seguimentos principais, quais sejam: sistema jurídico, sistema institucional de proteção e as políticas públicas. Sua disseminação no contexto social e político demanda a compreensão de concepções que tratam a infância e adolescência em um paradigma de cidadania e busca superar a noção de incompletude, atribuindo à criança e ao adolescente.

Em setembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.525, que acrescenta o § 5º ao art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), tornando obrigatória a inclusão do conteúdo e de materiais didáticos relativos aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando o que proclama a Constituição Federal do Brasil (CF), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que tange à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, mostra-se necessária e urgente a implementação de políticas de qualificação dos profissionais que atuam junto ao público em questão, para os quais está apresentado o desafio de construir redes eficazes que amparem a criança e o adolescente e possibilitem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Frente a essa demanda o Ministério da Educação através da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), em parceria com a SEED (Secretaria de Educação a Distância) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), lançou em novembro de 2009 o *EDITAL Nº 28 SECAD/MEC*, que convocou as

instituições de ensino superior a apresentarem propostas para os cursos da Rede de Educação para a Diversidade, objetivando o seu fortalecimento no âmbito do sistema de Universidade Aberta do Brasil para a implementação de programa de formação de gestores, professores e profissionais da educação e movimentos sociais nas áreas da diversidade (BRASIL, 2009).

O edital disponibilizou propostas para cursos por áreas temáticas, dentre elas o Curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em virtude de se tratar de uma temática de interesse do nosso Núcleo de Estudos e Pesquisa, que em sua trajetória desenvolve projetos de extensão, pesquisa e eventos, com ênfase direta ou indiretamente ligada aos direitos humanos, infância e formação de professores, assim tomamos a decisão de concorrer ao edital, sendo contemplados nesse intento.

Trata-se de um curso na modalidade de aperfeiçoamento, à distância, com carga horária na primeira e segunda edição de 90 horas, e atualmente de 120 horas. O curso é voltado para o público do sistema de ensino, profissionais da educação básica, tais como professores, gestores de educação nos estados e municípios, diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, bem como para um público chamado institucional que considerou conselheiros tutelares, conselheiros de direitos de criança e adolescente, profissionais de saúde, de desenvolvimento social, agentes de segurança pública e justiça, profissionais de mídia e comunicação e lideranças de movimentos sociais ligados à promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente (BRASIL, S/D).

O Curso caracteriza-se como um espaço de formação continuada prioritariamente para profissionais de educação básica, mas também contemplando outros atores sociais que atuam com a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O objetivo do curso é proporcionar qualificação necessária para inserção dos temas em questão no cotidiano das práticas educacionais da sala de aula, bem como em outros espaços de atuação profissionais, favorecendo a construção de redes de proteção bem articuladas.

O Processo de Ensino e Aprendizagem Docente e a Formação de Professores na Educação a Distância

O processo de liberação tramitou pelo ano de 2010, possibilitando a realização do curso somente no segundo semestre de 2011, sendo oferecido em seis (6) polos atendendo a sete (7) turmas, sendo duas em um único polo. A demanda por vaga superou significativamente a expectativa estimada, da ordem aproximada de cinco para um, em relação ao que fôra prevista, 240 vagas disponibilizadas, gerando um processo árduo de

seleção dos pretendentes. Os inscritos foram selecionados pelos professores formadores tendo como critérios centrais o campo de atuação profissional e o envolvimento na rede de proteção da criança e do adolescente.

As atividades do curso foram propostas e desenvolvidas por meio da autoinstrução a partir da interação no ambiente virtual Moodle e da participação em dois encontros presenciais. A equipe de trabalhadores foi composta pelas seguintes designações, uma coordenação geral, uma coordenação de tutoria, professores formadores, orientadores acadêmicos, tutores presenciais e um suporte técnico.

A coordenação geral acompanhou todo o desenvolvimento do curso e garantiu o andamento dos aspectos administrativos. A coordenação de tutoria orientou e acompanhou o planejamento, a sistematização do ambiente virtual, o desenvolvimento do curso, a avaliação permanente do processo, a relação da equipe com os cursistas e a conclusão do curso. Os professores formadores assumiram a elaboração/montagem das salas virtuais e dos materiais pedagógicos produzidos para o curso. Os orientadores acadêmicos são os educadores que atuaram diretamente com os cursistas no ambiente, orientando, estimulando/provocando e avaliando as atividades elaboradas pelos mesmos. Os tutores presenciais oferecem o apoio nos polos, estabelecendo contato presencial com o cursista, orientando sobre o uso do ambiente virtual e/ou também sobre a elaboração e envio das atividades propostas. E por fim o suporte técnico, que respondia pelas intercorrências no ambiente ou ainda pelas dúvidas/dificuldades da equipe sobre o mesmo.

O ambiente virtual foi preparado pelos professores formadores em três módulos de quatro unidades cada, totalizando em três meses de curso sustentado por um planejamento prévio. Foi também disponibilizado no ambiente e posteriormente na forma impressa o livro básico do curso de autoria dos professores formadores, bem como um Disco Digital Versátil - DVD produzido pelo Centro Integrado de Aprendizagem em Rede - CIAR.

O curso foi sistematizado em Módulo Introdutório, 05 horas, que prepara os cursistas para utilizar o ambiente virtual Moodle. O Módulo I trata do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) - 20 horas. E o Módulo II, que aborda *Atores, Papéis e Atribuições na Rede de Proteção Integral e no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - Medidas Protetivas e Medidas Socioeducativas*, 30 horas; e por fim o Módulo III, intitulado *O ECA no ambiente escolar - Possibilidades de aplicação em projetos pedagógicos*, 30 horas.

Após o processo de ambientação na primeira semana de curso, realizamos o primeiro encontro presencial, coordenado em cada polo por um professor e formador juntamente com a equipe do polo (orientador acadêmico, tutor presencial e coordenador do polo). E o segundo e

último encontro presencial ocorreu no início do terceiro módulo, objetivando orientar a atividade final do curso que consistiu em elaborar um projeto de ação pedagógica para ser desenvolvido na escola ou em outro espaço da rede de proteção da criança e do adolescente.

Com o significativo êxito da primeira edição, que garantiu a conclusão de aproximadamente 70% dos cursistas matriculados, nosso Núcleo de pesquisa através da coordenação geral do projeto foi consultado sobre a disponibilidade de oferecer uma segunda edição no ano de 2012. Mediante a surpreendente procura pelo curso na primeira edição e a relevância da temática, aprovamos a segunda edição que foi ministrada através da Plataforma Freire e atendeu especificamente educadores da rede pública de ensino, em número aproximado de 300 cursistas.

Nesta edição do projeto não foram previstos encontros presenciais; contudo, o colegiado do curso entendeu que havia a necessidade de realizar ao menos uma atividade dessa natureza para marcar o envolvimento e comprometimento da equipe com os cursistas, auxiliando-os nas dificuldades iniciais de ambientação no curso.

Durante o período que compreendeu a participação no edital de chamada para oferta de cursos da Rede de Educação para a Diversidade, até os desfechos finais da primeira edição e parte da execução da segunda edição do Curso ECA, nosso Núcleo realizou em parceria com o Conselho Tutelar da criança e do adolescente do nosso Município, a 1ª e a 2ª Conferência dos direitos da Criança e do Adolescente da nossa Microrregião, respectivamente nos anos de 2009 e 2011, viabilizando a participação com representação do município e outros onze municípios da microrregião, nas Conferências, Estadual e Nacional, nos anos de 2009 e 2012. Realizou também no ano de 2010 o I Encontro Nacional e IV Simpósio Infância e Educação, com a temática geral “Parabéns ao ECA: 20 anos” e o II Encontro Nacional e V Simpósio Infância e Educação – “Caminhos e descaminhos do sistema de garantia dos direitos da criança e do Adolescente no Brasil”, eventos de caráter acadêmico, que ofereceram debates envolvendo o âmbito nacional e local sobre as questões que envolvem os direitos da criança e do adolescente, nos espaços de conferências, mesas, de comunicação e publicação de trabalhos científicos e como característica marcante desse evento, um espaço dedicado à arte voltada para o público infantil.

No ano de 2013, a partir das avaliações realizadas após a segunda edição, decidimos que era necessário ampliar a carga horária do curso, para a terceira edição que passou de 90 para 120 horas, nesta terceira edição, aperfeiçoamos também a forma de elaboração de materiais didáticos do curso, como as videoaulas e as videoconferências, possibilitando uma maior participação e interação dos professores formadores com os cursistas.

No final do ano de 2013 fomos surpreendidos, com a indicação da SECADI, para além de uma re-oferta do curso de extensão, constituindo uma quarta edição, que ele se ampliasse para a constituição de uma pós-graduação *lato sensu*. Foi no final de 2013 também que concorremos a um edital da CAPES que abria espaço para cursos interdisciplinares *lato sensu* na modalidade a distância e estes se constituem no novo desafio que nós professores formadores estamos vivendo neste ano de 2014, programar e implementar dois cursos de especialização a distância, que mantenha a qualidade ofertada no curso de extensão e que nós professores possamos continuar na busca da reflexão e auto formação.

O Curso Estatuto da Criança e do Adolescente ganhou significativa dimensão nas atividades desenvolvidas pelo núcleo de pesquisa, desdobrando em novas atividades e participando de forma expressiva em atividades pré-existentes. Tornou-se mote de produções de caráter acadêmico e de materiais dedicados ao público em geral, as instituições da rede de garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente, especialmente a escola como local privilegiado da rede, buscando promover amplo debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, na perspectiva da formação de valores e conceitos que fortaleça o exercício da cidadania do grupo social em questão.

Nos estudos e pesquisas desenvolvidos no nosso núcleo em torno da docência virtual, têm sobressaído questões como a falta de investimentos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas na Educação a Distância, o que dificulta a institucionalização desta modalidade de ensino nas universidades brasileiras.

Um fator recorrente é o desafio que os docentes enfrentam para lidar com a linguagem estabelecida na Educação a Distância, pois acostumado à docência presencial o professor não se adapta facilmente à linguagem exigida na Educação a Distância e isso acarreta problemas na relação professor aluno, tais como: o não entendimento das consignas dadas e dificuldades de compreensão das atividades solicitadas pelo docente.

Ao tratar da relação professor/aluno são também reentrantes os problemas de interação, que comumente é mediada pela tecnologia. Como aproximar professor e aluno? Este tem sido um dos grandes desafios vencidos pelos professores do nosso núcleo de estudos e pesquisas. Não que chegamos ao ápice desta relação, mas percebemos quanto já avançamos e isso nos conforta e estimula a continuar a caminhada.

Por último e não menos importante, vivemos a angústia de trabalhar em rede/equipe e prescindir que essa rede funcione, pois sabemos que o papel, a função de cada componente é essencial para que o aluno da Educação a Distância não se sinta desamparado, ao contrário, se sinta mais autônomo e instigado com relação aos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao inserir no contexto da educação a distância fomos identificando alguns desafios no processo de construção do conhecimento como docente neste cenário. O primeiro passo foi desconstruirmos preconceitos acerca da educação à distância; reconhecer o desconhecimento do que de fato é a educação a distância; identificar a necessidade em instrumentalizar-se para interagir numa rede virtual; estudar as ferramentas para o ambiente virtual; abertura para acolher o diferente entre os pares na equipe de trabalho e no ambiente virtual. Identificamos neste caminho alguns facilitadores como: A predisposição para apreender a aprender; a identificação com a temática da infância e adolescência e a atuação junto a diversos atores sociais. Na função de professores formadores, neste processo tínhamos que priorizar a elaboração do material pedagógico e o planejamento de cada atividade na sala virtual que se deu em quatro unidades para cada módulo. Atuamos em quase todos os polos UAB do nosso estado e identificamos a satisfação dos cursistas em ter a possibilidade em aprofundar um tema complexo, desafiador, mas ao mesmo tempo atual e exigente no contexto das políticas públicas para crianças e adolescentes e os direitos humanos.

Nós professores que assumimos a responsabilidade de organizar e transmitir os conteúdos das disciplinas do curso, a outros professores em formação continuada sabemos que não somos entidades imaginárias, entretanto corremos o risco de nos transformarmos numa caricatura autoritária de nós próprios, pela dimensão que a imagem televisiva assume quando não apenas representa a verdade, mas parece se tornar a própria.

O curso Estatuto da Criança e do Adolescente, e mais recentemente o curso de especialização, apresentam um universo de possibilidades para a experiência docente na sua integração ensino, serviço e comunidade com grande participação dos diversos agentes sociais e a compreensão do processo contínuo de construção e reconstrução do conhecimento e que este como docente é um mediador, facilitador que cria possibilidades para que o aluno seja participante ativo e agente transformador do seu processo de aprendizagem e transformação pessoal e coletiva no meio em que está inserido (BORDENAVE; PEREIRA, 1983).

A articulação com as diversas experiências de vida dos cursistas, as demandas advindas de suas realidades criaram possibilidades para um maior aprofundamento e reconhecimento do importante papel da educação à distância na formação das pessoas. Verificamos que a interação entre os participantes dos cursos apresentou desafios aos docentes no sentido de ampliar o olhar para um universo que não se restringe apenas à

educação formal, mas ser educador perpassando pelo universo em que se encontra o discente e a relação que este estabelece com o conhecimento.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL, **Edital nº 28 SECAD/MEC, 23 de novembro de 2009**. Chamada Pública para seleção de Instituições de Ensino Superior para implementação de cursos da rede de Educação para a diversidade no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Normativas internacionais. Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente. Brasília: Conanda, 2002.

BRASIL. **Manual da Rede de Educação para a Diversidade**. Presidência da República. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Universidade Aberta do Brasil (UAB), S/D.

CRESPI – Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a infância. **História da legislação relativa à infância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.usu.br/cespi/marclegi.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2006.

FALEIROS, B. P. Políticas para a infância, adolescência e desenvolvimento. **Boletins IPEA – Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. Instituto de Política Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, agosto 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO1_Vicente.pdf. Acessado em: 20 jul. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia; saberes necessários à prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. de F. Tecnologias de governo: constituindo a situação de risco social de crianças e adolescentes. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 41-56, jul./dez. 2002.

LOPES, L. B. de F.; SOUZA SILVA, I. M. de. Concepção de infância: uma busca pela trajetória do legalizado. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 25, p. 132-140, mar. 2007.

MATA, M. L. Educação a Distância e Novas Tecnologias. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: ABT, v. 22, n. 123-124, p.8-12, mar./jun. 1995. MENEGOLLA,.

MINISTÉRIO da Educação/**Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <www.uab.mec.gov.br>. Acesso em 15 de maio de 2010.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 21 out. 2009.

NASCIMENTO, C. T. do; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. de. **A construção social do conceito de Infância**: algumas interlocuções históricas e sociológicas. 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gepeis/infancias.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2009.

NUNES, D. G. **A Infância no Brasil da modernidade**. Revista Inter-ação, Goiânia, v. 27, n. 1, p.1-9, jan./jun 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

RIZZINI, I. **Filantropia e repressão**: a dimensão social da infância no projeto de construção nacional do Brasil. 1997. 245p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec, Brasil, 1997.

_____, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, v.19, n.37, p. 35-58, set. 1999.

VEIGA, C. G. A infância e a modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 69-70.

VALENTE, J. A. Formação de profissionais na área de informática em educação. In: VALENTE, J. A. (Org.). **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista brasileira de História**, v.19, n.37, p.103-124, set. 1999.

A EXPRESSÃO CORPORAL, A BRINCADEIRA E A LUDICIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA E A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Prof^a. Ms. Maristela Vicente de Paula
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/NEPIE
maristela.vicente.paula@gmail.com

Prof^a. Dr^a Adriana dos Santos Prado Sadoyama
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/NEPIE
drisadoyama@gmail.com

Prof. Ms. Neila Maria Mendes Borges
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/NEPIE
neilam@ibest.com.br

O processo histórico do qual somos herdeiros como país colonizado, amarga registros de infâncias e adolescências diversas, em que a grande maioria localiza-se no extremo negativo da distribuição da riqueza, descendendo do genocídio da população nativa, os índios, da escravidão do povo africano em território brasileiro e da imigração em fuga da desilusão e em busca de sonhos, formando o corpo do que vem a ser o povo brasileiro.

O processo de colonização impactou em crescimento populacional sem investimento no humano, reverberando em uma contradição social insuportável, exigindo medidas que pretenderam frear a desastrosa violência expressa no abandono dos recém-nascidos em locais ermos para morrerem, nascendo assim o mecanismo que caracteriza uma primeira ação assistencialista em favor da infância, a que se denominou “a roda dos expostos”. Segundo Freitas (2003) tratava-se de um local criado para colocar crianças rejeitadas pelas famílias, por vezes pela falta de condição de sustentá-las, como se vê no texto a seguir:

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado (FREITAS, 2003, p.57).

Na ausência de políticas estruturadas, as crianças abandonadas, eram por vezes agregadas as famílias da sociedade, nas quais, assim que fossem capazes, a partir dos seus primeiros anos de vida, deveriam pagar a estadia com a concessão do seu trabalho.

De acordo com Rizzini (2008), por influência dos movimentos que precederam na Europa, repercutiram por volta do final do século XIX e início do século XX no Brasil, uma modificação na forma de olhar para a criança, que passou a ser vista como “perspectiva de futuro da Nação”. Assim, entendeu-se necessário formatar o povo começando pela infância, para o ideal de um país moderno, visando o desenvolvimento econômico e uma identidade nacional forte.

A visão da elite sobre as crianças e os adolescentes pobres, associando-a a criminalidade e a delinquência faz deles um incômodo do qual era preciso sanear, assim foram criadas as entidades de asilamento, fundadas no propósito do trabalho como formador do caráter. (RIZZINI, 2008).

Partindo do princípio que a maioria da população estava diretamente ligada a pobreza, a ação pública concentrou seus esforços neste público, com vistas a sair do atraso em relação aos países considerados desenvolvidos. Contudo, os investimentos foram feitos simplesmente com a perspectiva de tornar as criança, futuros jovens/adultos produtivos, ao passo de implementar ações que de fato promovessem mudanças estruturais, com alvo a distribuição de renda e de acesso a bens culturais.

De acordo com Marcílio (2000), o Código Penal Republicano de 1890, caracteriza-se como marco de atuação do Estado em relação ao “menor infrator”, estabelecendo a imputabilidade absoluta, tratamento e lugares diferenciados para seu recolhimento. Só em 1927, que o Brasil veio a construir uma legislação específica para a população até 18 anos, denominado Código de Menores, uma legislação preocupada em normatizar a proteção e vigilância da infância e adolescência, vítima da omissão e transgressão da família, em seus direitos básicos. Essa legislação foi reformada somente em 1927, com um novo Código de Menores, que pouco avançou sob as perspectivas do primeiro, pois, admite a omissão não somente da família, mas também da sociedade e do Estado.

Em ambos os Códigos de Menores, de 1927 e de 1979, o foco era apenas sob a proteção das crianças em situação de vulnerabilidade, sem condições para legislar em favor de um projeto que abrangesse a todas as crianças e adolescentes do Brasil.

Assim o pressuposto da criança e do adolescente como sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, somente se instituiu com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), homologado em 1990, ratificando a Constituição Federal

Brasileira de 1988, que prevê prioridade absoluta a criança e o adolescente. (SILVA, LOPES, BORGES, 2011).

De acordo com Assis et al (2009) o ECA surgiu rompendo a ideia de “situação irregular” e dando a todas as crianças e adolescentes a condição de sujeito de direitos.

O ECA rompe com a intervenção arbitrária do estado no destino de crianças e adolescentes, propõem um reordenamento institucional ao romper com práticas fundadas na filantropia ou caridade, gerando responsabilidades para a família, para o estado e para sociedade, pois partiu da concepção de “sujeito de direitos”, assim, preconiza a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais (SILVA, LOPES, BORGES, 2011.p.14).

A criação ECA foi um avanço significativo para a sociedade, porém mesmo com todos os direitos regidos pelo Estatuto a realidade ainda permanece distante do que foi idealizado. A chegada do século XXI, munida de uma legislação avançada, reconhecida internacionalmente, não nos livrou da realidade afeta as crianças e adolescentes envolvidos a violência, ao desrespeito aos seus direitos básicos de subsistência, a exploração do trabalho e sexual, entre vários outros aspectos que caracterizam a violação dos seus direitos.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) marca-se a mudança na legislação sobre a forma de conceber a infância no Brasil, pedindo providências da família, do Estado e da sociedade civil para a garantia dos direitos necessários ao pleno desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes.

Mediante as diversas realidades da infância e adolescência no Brasil e as imensas contradições que vergam sobre o desejo de promover a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente no Brasil, voltamos nosso olhar para as especificidades de uma ação empreendida na realidade do interior do país, especificamente na cidade de Catalão-GO, onde militamos com a realização de um projeto de intervenção o qual torna-se objeto de estudos, que visa levantar subsídios para refletir e elaborar ações mais abrangentes e multiplicadores.

Assim o presente estudo se propões a refletir sobre as condições de acesso das crianças e adolescentes a equipamentos sociais voltados para o brincar e a expressão corporal e lúdica, na periferia urbana da cidade de Catalão(GO). Como recursos para coleta de dados utilizamos as reflexões e debates produzidos pela equipe de trabalhadores do projeto, sobre o público e o atendimento dedicado a ele. Analisamos a relação recursos materiais e humanos envidados e a resposta humanizadora apresentada pelos sujeitos participantes do projeto.

A BRINCADEIRA NA PERIFERIA URBANA

O município de Catalão (GO) encontra-se em franco desenvolvimento, acarretando em crescimento populacional desordenado. Sua localização geográfica próxima as capitais do Estado de Goiás e do Brasil, bem com de acesso ao sudeste do país, colaboram para sua expansão no agronegócio e nos ramos de mineração e de grandes montadoras de autos. As consequências do crescimento são principalmente, maior concentração de renda e aumento da exclusão social, uma vez que atrai um contingente de família em busca de melhores condições de vida e que acabam por não serem rapidamente incorporadas nas estruturas de trabalho e de serviços/atendimentos sociais.

O *Projeto brincar* nasceu da necessidade de oferecer espaços e possibilidades de expressão para crianças e adolescentes de uma comunidade periférica da cidade de Catalão (GO). Ao acompanhar a chegada e instalação precária de famílias imigrantes nessa região da cidade, inicialmente o "Grupo Espírita Paulo de Tarso" buscou atendê-las nas suas necessidades mais emergentes, em seguida compreendendo a necessidade de sua promoção social, sistematizamos o Projeto Brincar, disponibilizando a estrutura física e os recursos da instituição. Atualmente o projeto atende em torno de cinquenta crianças e adolescentes com atividades em um turno duas vezes por semana. O Projeto Brincar abriga o projeto parceiro, denominado *Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco*, que trata-se de uma ação de extensão universitária.

A parceria dos projetos somam um conjunto de atividades de uma brinquedoteca, de jogos de salão, desenho/pintura, artesanato, oficinas corporais (jogos, brincadeiras, dança e ginástica), iniciação a música, leitura e contação de histórias. Os participantes aderem às atividades por livre demanda e ao final de cada encontro confraternizam com um lanche.

O *projeto Brincar* disponibiliza os espaços físicos, equipamentos, os materiais de consumo e a concepção inicial de oferecer um espaço de expressão e humanização das crianças e adolescentes que participam do projeto, oferecendo a oficina de desenho, artesanato e as salas de brinquedo, enquanto o projeto *Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco*, busca inserir-se nos espaços oferecidos, compartilhando fazeres e saberes e promovendo outras manifestações que privilegiam expressões corporais e brincadeiras, particularmente

destacando-se o faz de conta e as relações interpessoais que se estabelecem nas dinâmicas do jogo e da brincadeira.

A população alvo da proposta reside numa localidade que ficou conhecida como "Vila dos Baianos", uma comunidade periférica da Cidade de Catalão/GO, que não possui nenhuma proposição pública de acesso a bens culturais para além de escolas e creches localizadas em bairros vizinhos, desprovida de espaços e equipamentos sociais para a atividade física, jogos, brincadeiras, atividades de lazer e de formação para além da educação formal.

As crianças e adolescentes permanecem nas ruas e ou em trabalhos informais em significativa parte do dia que excede o turno escolar, isto quando estão na escola, pois não é infrequente abandonarem a escola seja para ajudar a família em trabalhos informais, seja porque foram excluídos da escola por motivos variados.

A ausência de acesso a bens culturais diversos representa fator de exclusão social e denota a violação de direitos, que ao mesmo tempo em que diminui a resiliência, aumenta a possibilidade de exposição a situações de vulnerabilidade como o trabalho infantil, baixa escolaridade, gravidez na adolescência, uso de substância e práticas ilícitas, exposição a situações de violência ou como protagonista dela.

A perspectiva de intervenção da proposta relatada visa confirmar em ação, que é possível materializar condições que favoreçam aos indivíduos alcançarem seu pleno potencial a partir de proposições que promovam a autoestima, a criatividade e a expressão como elementos fundamentais para o empoderamento com relação à reivindicação de direitos. Sabido que, somente um conjunto de ações articuladas em uma rede de proteção e promoção social será de fato capaz de promover modificações que atendam a inclusão social em sua plenitude.

Por essa perspectiva vislumbramos oferecer diversificadas formas de linguagens, seja escrita, falada, musical, pela arte, desenho/pintura ou corporal que expressam bens culturais que constituem nossas humanidades.

Conforme Rizzini, Barker e Cassaniga (2000), o acesso aos elementos da cultura com qualidade, é fundamental para o desenvolvimento integral dos sujeitos nos períodos particulares que compreendem a infância e adolescência, à medida que potencializam exercícios de interação social, de criatividade e de construção de perspectiva pessoal, das quais toda criança e adolescente tem direito a partir do princípio da prioridade absoluta na

garantia das condições plenas para o seu desenvolvimento previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O referencial teórico adotado para pensar e sistematizar o fazeres do projeto é o sociointeracionismo postulado por Vygotsky e ancorado no princípio que a constituição do ser humano se dá pelas relações que estabelece com outros sujeitos, enfatizando o papel da linguagem pela qual as funções mentais superiores são formadas e culturalmente transmitidas.

Objetivo geral do projeto é propiciar vivências expressivas utilizando jogos, brinquedos, brincadeiras, desenho/pintura, artesanato como expressões culturais que compõe um conjunto de linguagens pela quais os sujeitos possam ler e comunicar com o mundo, colaborando com a sua formação humana e com uma sociedade mais justa no que se refere ao acesso a bens culturais. E especificamente o projeto tem como objetivos: proporcionar acesso a diversas formas de experiências expressivas e também de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade; promover espaços e ações para criação de laços sociais através de vivências expressivas fortalecendo os sentidos de autoconhecimento, valorização da autoestima, pertencimento e alteridade; fortalecer a rede de proteção da criança e do adolescente da cidade de Catalão (GO) participando das instâncias de reflexão e elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

As ações do Projeto de Extensão e Cultura denominado *Oficinas Corporais, jogo, brinquedo e brincadeiras – uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de risco* são subsidiadas pelo Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisa Infância e Educação, que tem como objeto central a infância na elaboração de estudos, pesquisa e extensão.

A avaliação e o planejamento são atividades semanais dos trabalhadores do projeto, considerando a adesão dos participantes nas atividades oferecidas, observando o cumprimento dos objetivos, a escolha das propostas e os procedimentos adotados.

As atividades oferecidas são acessadas por livre demanda, sendo definido um grupo responsável por dinamizar e interagir com as crianças em cada um dos espaços.

Na Oficina de desenho/pintura as crianças e adolescentes estarão expostas a superfícies variadas (lousas, papéis de tipo e tamanhos diferentes), lápis coloridos, giz de cera, pinceis e tintas, sendo incentivados tanto a produzir seus próprios desenhos como compor

sobre materiais pré-elaborados, que provoquem a exploração de suas capacidades neste campo de expressão da produção humana.

Na oficina de artesanato as crianças e adolescentes são apresentadas a materiais variados como papéis, tintas, colas, enfeites de armarinho, madeira e outros, inclusive materiais reaproveitados (sucata) como vidros, garrafas, pets, pallets e são incentivados a produzir com eles objetos de artesanato ou utilitários. Trabalhando conceitos relativos à educação ambiental e de reaproveitamento de materiais descartados.

A brinquedoteca é oferecida prioritariamente para crianças de 0 à 7 anos crianças, as quais são apresentadas a um ambiente cheio de caixas com brinquedos diversos, bonecas, carrinhos, bichos e diversos jogos de mesa apropriados para a faixa etária. São destinados também espaços para a fantasia, com mobiliário (cozinha, geladeira, pia, quites de limpeza, tabua e ferro de passar roupa, berço e carrinho de bebê), roupas e adereços para se fantasiarem e espelho para sua apreciação.

As crianças que procuram esta sala usufruem dos recursos conforme sua vontade sob acompanhamento de adultos, brincando com as crianças quando convidados por elas e propondo/apresentando possibilidades e interação permanentemente.

São ações comuns das crianças nesta sala, fantasiarem-se e assim permanecer por todo período de tempo disponível, montarem quebra cabeças e outros jogos de memória identificação, cubos. Também as brincadeiras de faz de conta, com super heróis, fazendinha com miniaturas, atividades domésticas envolvendo fogãozinho, pia, geladeira e outros móveis e utensílios de “casinha”.

A equipe percebe que é comum nas crianças que chegam pela primeira vez ao projeto um deslumbramento ansioso que cede após alguns dias de frequência e dá lugar a uma atividade mais focada, geralmente fixa em uma temática por algum tempo, ou só brincando de “fazenda”, ou só brincando de “casinha”, em seguida, a escolha de uma temática ou objeto e novo período de exploração do mesmo. Após dominar os brinquedos daquela sala, algumas crianças vão buscar outras atividades dentro da dinâmica do projeto, sem deixar de visitá-la frequentemente.

Na sala de jogos as crianças e adolescentes são apresentados a jogos variados como, jogos de tabuleiro, entre eles, xadrez, dama, War, Batalha Naval, Banco Imobiliário, futebol de botão, bem com quebra cabeça de diferentes níveis de dificuldade. As atividades são

desenvolvidas em um ambiente com mesas que são ocupadas pelos participantes acompanhados por monitores que incentivam, orientam e mediam as relações que se estabelecem na dinâmica dos jogos. Os jogos se classificam em várias categorias, possibilitando experiências diversificadas de competição, cooperação, raciocínio, atenção, ludicidade e alguns que reúnem mais de uma dessas qualidades.

O espaço da literatura e contação de histórias utiliza uma sala disponibilizando tapetes, almofadas, pufes, para que os participantes possam se acomodar enquanto ouvem histórias, poesias e parlendas, ou são convidados a ler para os demais, ou ainda para si mesmos. Os livros são dispostos em recipientes diversos, provocando a curiosidade dos leitores, como em cestas, caixas, pendurados como móbile ou como varal. Frequentemente, as crianças se fantasiam na brinquedoteca com os personagens por eles escolhidos e vão para a contação de histórias representá-los ou ainda reinventá-los. Nessa sala as crianças também utilizam fantoches e cenário para contar a história que escolherem ou inventarem.

Já as práticas corporais envolvem jogos, brincadeiras, elementos dos esportes, da ginástica e da dança. As crianças e adolescente apropriam-se das áreas ao ar livre ou de uma sala específica, para desenvolver atividades corporais a partir de construções mediadas por orientadores. Procura-se agregar os participantes independentemente de gênero e faixa etária, sendo necessário articular com o grupo as condições para o acesso de todos os interessados e convidados. As atividades nascem de situações diversas, previamente ou não elaboradas, sendo priorizado que o grupo possa se organizar em torno do movimento e da expressão corporal a partir de um contexto de grupo democrático, em que cada participante traz seu arcabouço de conhecimento e compartilha com o grupo que se apropria dele e o reelabora.

Recentemente foi criada a sala de música, onde são disponibilizados violões, e alguns instrumentos regionais de percussão, onde o coordenador da sala propõe experimentações diversas envolvendo a música, ritmos e harmonia. Busca desenvolver gosto pela música e canto, a partir de práticas coletivas e individuais.

Durante apenas um período de tempo todas as crianças, adolescentes e voluntários se reúnem, trata-se do momento de final no qual é servido um lanche para que todos compartilhem. Trata-se de uma oportunidade particular de lidar com as diferenças e com os comportamentos esperados para tal circunstância, assim foi criada uma organização em que as crianças pequenas servem-se primeiro, e gradativamente os demais, buscando construir uma relação de respeito com o momento da alimentação e com as demais pessoas presentes

considerando suas particularidades. Ao compartilhar o alimento são reforçadas as regras de boa convivência e fortalecidos os vínculos de respeito e afetividade com intervenções e confirmações pontuais.

RESULTADOS PRELIMINARES

O grupo de trabalhadores do projeto é constituído por voluntários da instituição que abriga o projeto e por estudantes do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. O grupo organiza-se em torno de criar condições de atividades criativas, expressivas e lúdicas, avaliando permanentemente seus objetivos com o projeto e sua atuação junto ao público alvo. O processo tem possibilitado desconstruir concepções sobre a infância e adolescência arraigadas em valores ideológicos, nos quais tivemos nossa própria formação social constituída, bem como reconstruir permanentemente estruturas para o relacionamento com sujeitos em períodos diferentes de formação. Sem nutrir expectativas com relação às respostas das crianças e adolescentes para as ações do projeto, mas surpreendendo constantemente com suas elaborações, vinculação com o grupo e mesmo suas histórias pessoais que demonstram seus direitos feridos em várias instâncias, é possível com a brincadeira, a ludicidade e a expressão corporal e artística, tornar esse período de suas vidas enriquecido apesar de todas as contradições sociais a que estão submetidos. Constroem-se possibilidades, linguagem para se comunicarem com a realidade pouco protegida de suas infâncias e adolescências.

As crianças pequenas, geralmente entre 5 meses a 6 anos, vão ao projeto conduzidos pelos irmãos, parentes ou vizinhos, todos crianças ou adolescentes, que na maioria das vezes são os responsáveis pelos seus cuidados durante todo o período que excede o turno escolar. As crianças maiores e os adolescentes demonstram certo alívio em poder transferir o cuidado com os pequenos para algum adulto, podendo assim se envolver com as atividades propostas, assumindo-os novamente somente no retorno aos seus lares.

A frequência das crianças e adolescentes ao projeto esta a mercê principalmente de fatores como a permanência da família na região, a disponibilidade do horário com relação ao trabalho doméstico e informal que a grande maioria exerce, com exceção apenas das crianças com menos de 4 anos e da capacidade delas próprias de se organizarem nos dias e horários para se dirigirem ao projeto. Os responsáveis demonstram pouco conhecimento sobre as atividades diárias das crianças que permanecem a maior parte do tempo sob seus próprios

cuidados. Não há relatos de tempo de lazer ou de brincadeira dos responsáveis com suas crianças, o tempo compartilhado está concentrado no trabalho seja ele doméstico ou informal.

Os corpos das crianças e adolescentes mostram marcas de trabalho nas mãos, na pele, nos cabelos expostos ao sol e alijado de alguns cuidados. Não há evidência de fome, mas sim de desnutrição e ou alimentação nutricionalmente inadequada. As refeições da casa são frequentemente preparadas pelas próprias crianças e adolescentes.

Identificamos que essas infâncias estão sendo forjadas em condições muito adversas do momento histórico e social ao que estamos vivendo, no que se refere, ao acesso aos bens culturais disponíveis na atualidade. Tendo seu tempo de apropriação desses recursos, ocupados com tarefas que são superiores a sua capacidade de se responsabilizarem por elas, estando distanciadas das condições de se desenvolverem plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos feitos no ser humano particularmente no período precípuo que compreende a infância e adolescência são fundamentais para garantir o pleno desenvolvimento de suas possibilidades de sujeito, elementos fundamentais para que se tenha uma sociedade mais justa e mais feliz no momento presente, pois que, nos interessa a garantia de desenvolvimento pleno para viver a riqueza cultural que nos confirma humanos em cada momento da vida humana e não apenas para “o vir a ser”, de um preparar para o futuro.

O direito legado pela Constituição Federal Brasileira, pelo ECA, assim com pelas ciências que se debruçam sobre o objeto de estudo infância, apontam para a mesma direção, que incumbe em ofertar educação, saúde, convívio familiar, lazer, cultura, que de outra forma manifestam-se todos em, interação, linguagem, simbolismo, presentes, na brincadeira, na ludicidade, na fantasia, que nos define a condição de humanos.

Valorizando espaços qualificados para brincar, jogar, expressar por várias linguagens, criando e comunicando, as crianças e adolescentes são confirmados como sujeitos. Provavelmente esse investimento não seja suficiente para romper com o círculo de pobreza e exclusão, contudo pretende-se que seja ao menos uma possibilidade de olhar para o mundo por outras perspectivas, seja pela ludicidade, pela descoberta, pela experimentação, pela aceitação e pertencimento a um grupo para além do familiar, constituindo um sentimento de grupo, de coletividade, que ao compartilha fortalece a cada um como sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paola Biasoli. **O Brinquedo e as Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua**. Dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.msmedia.com/ceprua/paola_mestrado.pdf. Acesso em: 10/09/2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990.

PEREIRA, Bruna Kely Silva, et al. **O direito a expressão corporal, a brincadeira e a ludicidade na infância e adolescência**. Anais do XIII CONBRACE e V CONICE, Brasília-DF, 2013.

PORTO, C, L. **Jogos e brincadeiras**: Brincadeira ou atividade lúdica. Ano XVIII boletim 07 - Maio de 2008.

RAMALHO, M.T.B. **Brinquedoteca e desenvolvimento infantil**. Florianópolis, 2000.

RAMALHO, M.T.B; SILVA.C.C.M. **A brinquedoteca**. ACB, vol.8, no 01, 2003.

RIZZINI, Irene; BARKER Gary; CASSANIGA Neide. **Criança não é risco, é oportunidade**: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M.P. **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIRLANDIA, T. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca**: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento/. Rio de Janeiro: Wake, 2010.

TUNES, E.; TUNES, G. O adulto a criança e a brincadeira. **Em Aberto**. Brasília: v.18, n 73, p. 78-88, jul. 2001.

VALENTIM, Daniel Costa. **Entre brincadeiras e trocados: Fragmentos etnográficos das experiências lúdicas de crianças em situação de Rua em Fortaleza-CE**. Disponível em: <http://knol.google.com/k/daniel-valentim/antropologia-das-brincadeiras-infantis/1quri0e7igl0k/7#>. Acesso em: 15/08/2009.

VYGOTSKY, Lev. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.